

1. INTRODUÇÃO

No âmbito do planeamento e do desenvolvimento municipal, compete à Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas da autarquia e submetê-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal na sessão ordinária do mês de Abril do ano seguinte àquele a que tais documentos dizem respeito. — n.º 2 do art.º 49º, al. c) do n.º 2, art.º 53º e al. d) do n.º 2 do art.º 64º, todos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/02, de 11 de Janeiro.

Sendo que, independentemente da sua apreciação pelo órgão deliberativo, cabe ao órgão executivo remeter aqueles documentos ao Tribunal de Contas, até ao dia 30 do mesmo mês de Abril. — nº 4 do artigo 52º da Lei nº 98/97, de 26 de Agosto, alterada e republicada pela Lei nº 48/06, de 29 de Agosto e nº 1 do art.º 51º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro.

Na elaboração das contas, que ora se apresentam, foram respeitadas as regras estabelecidas no POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54 A/99, de 22 de Fevereiro.

Na sua organização e documentação foram observadas também as instruções do Tribunal de Contas aprovadas por Resolução nº 4/2001 – 2ª Secção, de 12 de Julho, publicadas na II Série do D.R. nº 191, de 18 de Agosto de 2001.

De acordo com o referido no ponto 2 do POCAL, consideram-se como documentos de prestação de contas:

- Balanço;
- Demonstração de resultados;
- Mapas de execução orçamental;
- Anexos às demonstrações financeiras;
- Relatório de gestão.

O processo em análise integra todos esses documentos e respeita a estrutura definida no POCAL. A sua ordenação encontra-se estabelecida no índice geral.

No que ao conteúdo do **relatório de gestão** concerne, determina o ponto 13 do POCAL que este documento deve contemplar, entre outros, os seguintes aspectos:

- a) A situação económica relativa ao exercício e a análise da evolução da gestão nos diferentes sectores de actividade, designadamente no que respeita ao investimento;
- b) Uma síntese da situação financeira da autarquia local, considerando os indicadores de gestão financeira apropriados à análise de balanços e de demonstração de resultados;
- c) A evolução das dívidas de curto, médio e longo prazos de terceiros e a terceiros, nos últimos três anos, individualizando, neste último caso, as dívidas a instituições de crédito das outras dívidas a terceiros;
- d) Proposta fundamentada da aplicação do resultado líquido do exercício;
- e) Os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.

A análise da situação económica e da situação financeira da autarquia será efectuada conjuntamente, mais adiante, em capítulo próprio, por estas consubstanciarem informações, entre si, complementares.

A evolução da gestão nos diferentes sectores de actividade é analisada já de seguida, no ponto 2 deste relatório, tendo por base, essencialmente, os principais instrumentos de gestão municipal: o Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano, que integram o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as Actividades Mais Relevantes (AMR).

2. EXECUÇÃO E EVOLUÇÃO DA POLITICA ORÇAMENTAL E DAS OPÇÕES DO PLANO

2.1 . EXECUÇÃO E EVOLUÇÃO ORÇAMENTAL

2.1.1. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

O orçamento da receita e da despesa para 2007, bem como as modificações que lhe foram introduzidas durante a sua execução, constam deste processo, a folhas 28 a 58 e 178 a 273 respectivamente.

Os resultados da execução orçamental encontram-se reflectidos nos mapas de controlo a folhas 59 a 77 deste mesmo processo.

O nível de execução orçamental em relação ao inicialmente previsto é, em síntese, o seguinte:

RECEITAS				
Natureza	Previstas	Arrecadadas	Diferenças	
			Valor	%
Correntes	9.441.400,00	9.847.255,73	405.855,73	4,30
Capital	12.588.600,00	6.426.810,54	-6.161.789,46	-48,95
Total	22.030.000,00	16.274.066,27	-5.755.933,73	-26,13

Quadro I

DESPESA				
Natureza	Previstas	Realizadas	Diferenças	
			Valor	%
Correntes	9.433.100,00	8.732.742,71	-700.357,29	-7,42
Capital	12.596.900,00	7.798.740,54	-4.798.159,46	-38,09
Total	22.030.000,00	16.531.483,25	-5.498.516,75	-24,96

Quadro II

Os quadros I e II que antecedem mostram-nos que a execução orçamental no ano da gerência atingiu a nível da receita e da despesa as percentagens de 73,87% e de 75,04%, respectivamente.

Como é sabido, o orçamento é um documento de previsão, onde são previstas as receitas a cobrar e as despesas a realizar durante um determinado período de tempo.

É, por conseguinte, um instrumento de gestão meramente previsional, muito condicionado, em que o nível de execução é fortemente influenciado por factores externos, alheios à vontade dos órgãos da administração municipal, facto que é de realçar num município como o nosso, considerando a dependência financeira a que está subordinado na concretização dos seus objectivos.

Daí que, há, como sempre houve, receitas que não chegam a arrecadar-se e despesas que não podem realizar-se.

De qualquer modo, pode ver-se no quadro I que dos €22.030.000,00 inicialmente previstos, o Município arrecadou receita efectiva no valor de €16.274.066,27, o que corresponde, como já se referiu, a cerca de 74% do previsto.

Se se tiver em consideração a natureza deste instrumento de gestão, os condicionalismos apontados e as restrições ditadas pela situação económica do País,

poder-se-á concluir que o orçamento municipal em 2007, mesmo assim, atingiu um índice de execução significativo.

Quando à despesa, verifica-se, pela análise do quadro II, que perante igual previsão de €22.030.000,00 se realizaram despesas no valor de €16.531.483,25, ou seja, mais de 75% do inicialmente previsto.

É que o orçamento municipal, para além de um instrumento de previsão das receitas e das despesas, é também um plano financeiro que, quando acompanhado de um processo de controlo eficiente, como foi o caso, permite compatibilizar a realização das despesas com as receitas efectivamente arrecadadas, garantindo, assim, que aquelas só possam ser realizadas quando estas forem suficientes para lhes dar cobertura.

No ano da gerência em apreciação, conformou-se o nível de execução orçamental das despesas com os recursos efectivamente disponíveis, garantindo-se, desta forma, uma gestão de tesouraria equilibrada e a saúde financeira das finanças municipais.

2.1.2. DESVIOS ENTRE A PREVISÃO E A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Os quadros III e IV que se seguem, analisados conjuntamente com os mapas de controlo orçamental que instruem este processo, a folhas 78 a 91 mostram com clareza os desvios verificados entre as receitas e despesas previstas e as efectivamente realizadas, por cada um dos capítulos da classificação económica.

RECEITAS				
Class.económica	Previstas	Arrecadadas	Diferenças	
			Valor	%
01-Impostos Directos	1.188.400,00	1.551.441,25	363.041,25	30,55
02-Impostos indirectos	41.600,00	24.229,88	-17.370,12	-41,76
04-Taxas,multas e outras penalidades	168.300,00	153.247,49	-15.052,51	-8,94
05-Rendimentos de propriedade	692.200,00	733.692,75	41.492,75	5,99
06-Transferências correntes	5.728.600,00	5.998.494,66	269.894,66	4,71
07-Venda de bens e serv.correntes	1.006.800,00	975.246,82	-31.553,18	-3,13
08-Outras receitas correntes	615.500,00	410.902,88	-204.597,12	-33,24
Soma das receitas correntes	9.441.400,00	9.847.255,73	405.855,73	4,30
09-Venda de bens de investimento	3.474.500,00	106.647,50	-3.367.852,50	-96,93
10-Transferências de capital	8.860.900,00	5.360.095,13	-3.500.804,87	-39,51
11-Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
12-Passivos financeiros	253.200,00	960.067,91	706.867,91	279,17
13-Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Soma das receitas de capital	12.588.600,00	6.426.810,54	-6.161.789,46	-48,95
Total das receitas	22.030.000,00	16.274.066,27	-5.755.933,73	-26,13
Saldo da gerência anterior	522.846,39			
Total geral	22.552.846,39			

Quadro III

DESPESAS				
Class.económica	Previstas	Realizadas	Diferenças	
			Valor	%
01-Despesas com pessoal	3.333.200,00	3.055.979,78	-277.220,22	-8,32
02-Aquisição de bens e serviços	4.566.700,00	4.237.461,80	-329.238,20	-7,21
03-Juros e outros encargos	135.200,00	128.611,62	-6.588,38	-4,87
04-Transferências correntes	1.143.100,00	1.230.015,35	86.915,35	7,60
06-Outras despesas correntes	254.900,00	80.674,16	-174.225,84	-68,35
Soma das despesas correntes	9.433.100,00	8.732.742,71	-700.357,29	-7,42
07-Aquisição de bens de capital	11.524.700,00	6.813.818,71	-4.710.881,29	-40,88
08-Transferências de capital	772.700,00	690.997,36	-81.702,64	-10,57
09-Activos financeiros	1.500,00	0,00	-1.500,00	-100,00
10-Passivos financeiros	298.000,00	293.924,47	-4.075,53	-1,37
11-Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Soma das despesas de capital	12.596.900,00	7.798.740,54	-4.798.159,46	-38,09
Total geral	22.030.000,00	16.531.483,25	-5.498.516,75	-24,96

Quadro IV

No âmbito da receita, os rendimentos em que a execução orçamental se afastou mais, por defeito, da previsão são os que integram os seguintes capítulos:

- *Venda de bens de investimento* – É o capítulo que apresenta o nível de execução mais reduzido. Para o efeito, releva o facto de não ter sido concretizada a venda de todos os terrenos que a Câmara pretendia alienar, designadamente alguns dos lotes de terreno destinados à instalação de indústrias.
- *Transferências de capital* – Ficou aquém do previsto em cerca de 40%. Para tanto contribui o facto das compartições financeiras previstas para o ano em análise de fundos comunitários, provenientes do FEDER e FEOGA, e de diversos contratos-programa ou protocolos em vigor celebrados com a Administração Central, designadamente com o Instituto Português do Livro e da Leitura, Direcção-Geral

dos Transportes Terrestres e Instituto de Turismo de Portugal, e ainda protocolo celebrado com a ADREV, não terem sido transferidas para o Município de acordo com a programação inicialmente prevista.

De qualquer modo, todas as transferências orçamentadas foram previstas de acordo com o princípio da efectiva atribuição, tendo sido consideradas apenas as verbas previstas em candidaturas ou projectos devidamente aprovados ou contratualizados.

- *Impostos indirectos* – Regista uma redução de cerca de 42% em relação ao previsto, devido essencialmente à quebra verificada na cobrança de taxas de loteamentos e obras pagas por empresas.
- *Outras receitas correntes* – Apresenta uma diferença para menos de aproximadamente de 33%, tendo contribuído para isso a redução, em relação ao previsto, do IVA reembolsado, da renda sobre centrais eólicas e de um conjunto de outras receitas integradas neste capítulo.

Dos que apresentam um índice de execução superior, destacam-se, em termos de valor absoluto, os seguintes capítulos:

- *Impostos directos* - Com uma diferença para mais de cerca de €363.000,00, facto que resulta fundamentalmente do aumento da receita proveniente do Imposto Municipal sobre Imóveis, do Imposto Sobre Veículos e Imposto Municipal Sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, em relação ao previsto, embora se verifique também uma quebra da receita prevista relativa à Contribuição Autárquica (Imposto Abolido).

- *Rendimentos de propriedade* – arrecadou-se cerca de €41.000 a mais em relação ao previsto, valor que provém do aumento da receita proveniente de juros de depósitos em bancos e outras instituições financeiras e de dividendos.
- *Transferências correntes* - contabiliza a mais cerca de €270.000,00. Este desvio resultou, essencialmente, das transferências efectuadas pela Direcção Regional de Educação do Norte, para co-financiamento de actividades no âmbito da acção social escolar.
- *Passivos financeiros* – Arrecadou-se a mais cerca de €707.000,00 resultante da contratação de empréstimos no decorrer do ano da gerência, conforme autorização concedida pela Assembleia Municipal.

Os demais capítulos apresentam um índice de execução próximo do inicialmente previsto.

Contudo, não obstante o total das receitas arrecadadas ter ficado aquém do previsto em cerca de 26%, as receitas correntes excederam o valor inicialmente orçamentado em 4,3%, facto revelador dos critérios de rigor e de prudência usados no cálculo das previsões correspondentes insertas no orçamento.

Por seu turno, a realização da despesa ficou aquém do inicialmente previsto em cerca de 25%, por imperativo do principio do equilíbrio financeiro das contas do Município.

Nestas circunstâncias, com excepção do capítulo de *Transferências Correntes*, que apresenta uma execução superior ao previsto em cerca de €87.000,00, na sua maior parte proveniente de transferências efectuadas para associações de pais no âmbito da acção social escolar, em todos os outros houve que conter a despesa prevista, na mesma medida da redução da receita, com especial relevância na despesa com a

Aquisição de bens de capital, dada a redução do financiamento destinado a esse fim, como referimos atrás, principalmente quando aludimos às transferências de capital.

2.1.3. RECEITAS E DESPESAS POR CAPITULOS DA CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Os quadros V e VI, que se seguem, reflectem o peso de cada um dos capítulos das receitas e despesas por classificação económica, em relação ao total arrecadado e realizado, respectivamente.

2.1.3.1 RECEITAS POR CAPITULOS DA CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

RECEITAS		
	2007	%
01-Impostos Directos	1.551.441,25	9,53
02-Impostos indirectos	24.229,88	0,15
04-Taxas,multas e outras pen	153.247,49	0,94
05-Rendimentos de propriedade	733.692,75	4,51
06-Transferências correntes	5.998.494,66	36,86
07-Venda de bens e serv.correntes	975.246,82	5,99
08-Outras receitas correntes	410.902,88	2,52
Soma rec.correntes	9.847.255,73	60,51
09-Venda de bens de investimento	106.647,50	0,66
10-Transferências de capital	5.360.095,13	32,94
11-Activos financeiros	0,00	0,00
12-Passivos financeiros	960.067,91	5,90
13-Outras receitas de capital	0,00	0,00
Soma rec.capital	6.426.810,54	39,49
Total	16.274.066,27	100,00

Quadro V

A receita arrecadada totaliza €16.274.066,27, sendo €9.847.255,73 de receitas correntes e €6.426.810,54 de receitas de capital.

A sua desagregação pelas diversas rubricas da classificação económica consta do mapa de execução orçamental a folhas 86 a 91 destes documentos de prestação de contas.

O montante das *transferências correntes* arrecadadas no ano da gerência continua a ser o de maior peso no seio das receitas da mesma natureza. Corresponde a cerca de 37% do total da receita e a cerca de 61% da receita corrente.

As transferências provenientes do OE, destinadas essencialmente a financiar a actividade corrente, são as que mais contribuem para o montante contabilizado por aquele capítulo.

Os *impostos directos*, que consubstanciam os impostos municipais e a derrama, contribuíram apenas com 9,53% para o montante global das receitas, valor que apresenta a seguinte distribuição:

- Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), 4,57%;
- Imposto Municipal sobre Veículos IMV), 1,32%;
- Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), 2,48%;
- Impostos abolidos (contribuição autárquica e sisa), 0,44%.
- Derrama, 0,72%.

Os *rendimentos de propriedade* correspondem a 4,51% da receita global, sendo constituídos, essencialmente, pela receita proveniente da renda devida pela concessão da rede eléctrica ao distribuidor público e de juros de depósitos.

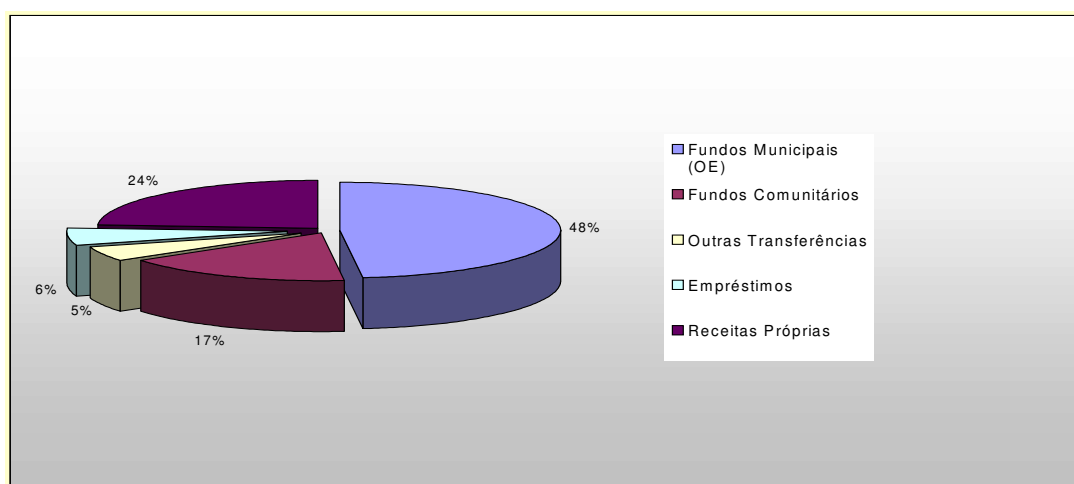
A *Venda de bens e prestação de serviços correntes* contribuiu para o total das receitas com 5,99%, resultando, na sua maior parte, das taxas e preços cobradas pelos serviços prestados no âmbito do abastecimento de água e da drenagem de águas residuais e pela utilização do complexo desportivo municipal, do recinto da feira e dos lugares de estacionamento de duração limitada.

Por sua vez, as receitas de capital foram financiadas, quase na sua totalidade, pelos capítulos das *Transferências de Capital* e dos *Passivos Financeiros*, que atingiram, no conjunto, cerca de 39% do total das receitas, correspondendo a aproximadamente 98% das receitas de capital.

As *transferências de capital* totalizaram o montante de €5.360.091,13, correspondendo a cerca de 33% do total da receita.

Para além das transferências provenientes do Fundos Municipais, provenientes do OE, no valor de €2.933.630,00, contribuíram para aquele montante as participações de projectos co-financiados por programas comunitários, no valor de €2.232.654,88, bem como os financiamentos assegurados através de contratos-programa e protocolos celebrados com a Administração Central, designadamente com o Instituto Nacional de Desporto, Direcção-Geral de Transportes Terrestres, Instituto de Turismo de Portugal, no valor de €119.797,74.

A perspectiva global da origem dos recursos que financiaram o orçamento é-nos dada pelo gráfico que se segue



2.1.3.2 DESPESAS POR CAPÍTULOS DA CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

DESPESAS		
	2007	%
01-Pessoal	3.055.979,78	18,49
02-Aquisição de bens e serviços correntes	4.237.461,80	25,63
03-Encargos correntes da dívida	128.611,62	0,78
04-Transferências correntes	1.230.015,35	7,44
06-Outras despesas correntes	80.674,16	0,49
		0,00
Soma despesas correntes	8.732.742,71	52,82
07-Aquisição de bens de capital	6.813.818,71	41,22
08-Transferências de capital	690.997,36	4,18
09-Activos financeiros	0,00	0,00
10-Passivos financeiros	293.924,47	1,78
11-Outras despesas de capital	0,00	0,00
Soma despesas capital	7.798.740,54	47,18
Total	16.531.483,25	100,00

Quadro VI

No ano da gerência, o Município realizou despesas no montante de €16.531.483,25, correspondendo €8.732.742,71 a despesas correntes e €7.798.740,54 a despesas de capital.

A desagregação da despesa por rubrica da classificação económica consta do mapa de execução orçamental, a folhas 78 a 85 dos documentos que ora se apresentam.

A rubrica das despesas com o *pessoal*, absorvendo €3.055.979,78, a que correspondem 18,49% da despesa global, tendo, embora, como sempre, um peso significativo nessa despesa, é inferior à do ano anterior, prosseguindo a tendência decrescente em relação às despesas totais herdada dos anos anteriores .

As despesas com *Aquisição de bens e serviços correntes*, no montante de €4.237.461,80, assumem também uma fatia significativa do orçamento, traduzindo cerca de 26% da despesa total.

Conforme se pode constatar através do mapa de execução orçamental, neste capítulo a aquisição de bens contribuiu com €1.007.388,81, valor que foi absorvido essencialmente pelas despesas com a aquisição de bens de consumo, onde se incluem, entre outros, os combustíveis e lubrificantes, os produtos de higiene e limpeza, os géneros alimentícios, o material de escritório, o vestuário e artigos pessoais, as peças para reparação de veículos, máquinas e equipamentos, os bens para oferecer, designadamente no âmbito do Regulamento de Concessão de Prestações de Natureza Social, o material de educação, cultura e recreio, a água para venda e todo o material para conservação das vias municipais, redes de água e esgotos, jardins e demais equipamentos públicos.

A aquisição de serviços, por sua vez, onerou o orçamento com o montante de €3.230.072,99, os quais se encontram distribuídos pelas rubricas identificadas naquele mapa de execução.

As despesas que mais contribuíram para aquele montante foram as seguintes:

- Encargos das instalações, no valor de €266.626,06, onde se incluem as despesas com a aquisição de gás e energia eléctrica consumida nos diversos edifícios e equipamentos municipais;
- Serviços de limpeza e higiene, no valor de €117.655,39, que contabilizam os encargos decorrentes do contrato de prestação de serviços relativo à recolha e transporte dos resíduos sólidos urbanos;
- A prestação de serviços no âmbito da conservação de bens, designadamente vias de comunicação, edifícios municipais, redes de água e de esgotos, maquinaria e material de transporte e outros equipamentos públicos, no valor de €211.292,11;

- A locação de edifícios e outros bens, no valor de €95.229,74, abrangendo as despesas com as rendas de edifícios e equipamentos escolares e de outras instalações ocupadas pela Câmara;
- As comunicações, onde se incluem as despesas com a comunicação via postal, com os telefones fixos e móveis e com as ligações à Internet, no montante de €82.432,29;
- Os transportes, no montante de €796.824,65, onde se destacam as despesas com os transportes escolares;
- Os seguros de bens móveis e imóveis, no montante de €29.696,22;
- Os estudos, pareceres, projectos e consultadoria, no valor de €112.729,43;
- A publicidade, designadamente com publicações obrigatórias, no montante de €62.072,83;
- Os trabalhos especializados, onde se contabilizam os serviços de análises laboratoriais e manutenção de software, no montante de €102.418,21;
- Os encargos de cobrança de receitas, pagos aos serviços centrais do Estado, no valor de €34.911,36.
- Outros serviços, no montante de €1.253.030,51, onde se inclui uma parte significativa das despesas com a aquisição de serviços previstas nas Grandes Opções do Plano, designadamente a aquisição de energia eléctrica à EDP, para iluminação pública, os serviços prestados em regime de trabalho temporário, os serviços prestados pelos monitores afectos à actividade desenvolvida no complexo desportivo, os serviços de tratamento de resíduos sólidos urbanos e a promoção de actividades culturais e os serviços de prestados no âmbito do programa de enriquecimento curricular no 1.º CEB;

As despesas com *Transferências correntes* orçam em cerca de €1.230.000, representando 7,44% do total das despesas e cerca de 14,09% do total das despesas daquela natureza. Foram afectas: no montante de €626.454,34 ao financiamento de instituições sem fins lucrativos, para o funcionamento de cantinas; no montante aproximado de €218.000 a subsídios correntes previstos nas GOP para

desenvolvimento de actividades levadas a cabo por instituições sem fins lucrativos; e a parte restante à comparticipação de acções no âmbito da actividade escolar, a projectos desenvolvidos pela Associação de Municípios Terras de Santa Maria, acções de natureza corrente promovidas pelas Juntas de Freguesia e ao apoio concedido ao abrigo do Regulamento de Apoio Social.

As despesas de capital atingiram, como já se disse, um montante de €7.798.740,54. O capítulo de *Aquisição de bens de capital* foi o que contabilizou a maior parte das despesas de capital, cerca de €6.813.818,71, valor que corresponde a 87,37% daquelas despesas e a 41,22% do total das despesas correntes e de capital.

Aquele montante financiou despesas de investimento em diversas áreas, nomeadamente:

- Terrenos, no valor de €265.301,52;
- Instalações de serviços, no valor de €11.357,42;
- Instalações desportivas e recreativas, no valor de €668.928,21;
- Edifícios escolares, no valor de €177.465,56;
- Outros edifícios, no valor de €231.063,73;
- Viadutos, arruamentos e obras complementares, no valor de €39.411,47;
- Sistemas de drenagem de águas residuais, no valor de €1.463.567,90;
- Parques e jardins, no valor de €4.672,02;
- Instalações desportivas e recreativas, no valor de €150.103,26;
- Sistemas de captação e distribuição de água, no montante de €886.042,93;
- Viação rural, no valor de €1.001.607,84;
- Outras construções, no montante de €1.084.940,80
- Material de transporte, no valor de €190.370,20;
- Equipamento informático, no valor de €8.444,25;
- Software informático, no valor de €113.328,99;
- Equipamento administrativo, no valor de €56.223,74;
- Equipamento básico, no valor de €311.667,54;

- Ferramentas e utensílios, no valor de €24.321,33;
- Bens do domínio público, no valor de €125.000,00.

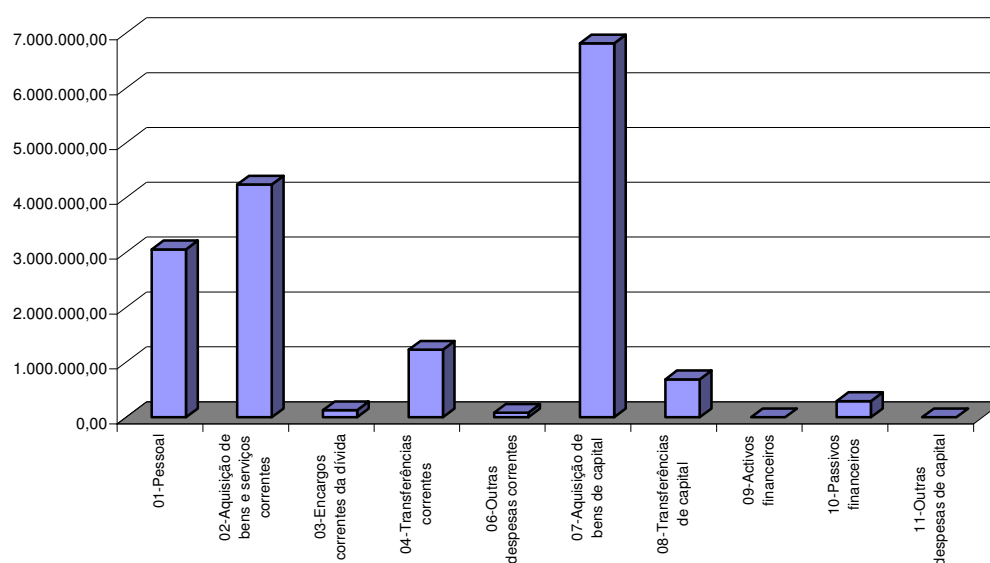
Por sua vez, as *Transferências de capital* contabilizaram €690.997,36, correspondendo a 4,18% do total do orçamento e a 8,86% do total das despesas da mesma natureza.

Todas elas foram efectuadas a título de comparticipação em investimentos levados a cabo pelo IGESPAR, pelas juntas de freguesia, instituições sem fins lucrativos e associações de municípios, nos montantes de €11.848,32, €622.657,97, €22.868,00 e €33.623,07 respectivamente.

O capítulo de *Passivos financeiros*, regista um montante de €293.924,47, todo ele afecto à amortização de empréstimos obtidos a médio e longo prazos.

O gráfico que a seguir se apresenta reflecte o peso de cada uma das despesas por capítulo da classificação económica.

DESPESA



2.1.4.EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS

Os quadros VII e VIII que a seguir se apresentam permitem-nos verificar a evolução das receitas e das despesas no ano da gerência em relação às do ano anterior, por capítulos da classificação económica.

RECEITAS

Classificação económica	2006		2007		Variação	
	Valor	%	Valor	%	valor	%
01- Impostos Directos	1.347.332,48	8,28	1.551.441,25	9,53	204.108,77	15,15
02- Impostos indirectos	62.069,36	0,38	24.229,88	0,15	-37.839,48	-60,96
03- Taxas, multas e outras pen	167.288,25	1,03	153.247,49	0,94	-14.040,76	-8,39
04- Rendimentos de propriedade	740.304,08	4,55	733.692,75	4,51	-6.611,33	-0,89
05- Transferências correntes	5.546.715,15	34,08	5.998.494,66	36,86	451.779,51	8,14
06- Venda de bens e prest.serv.correntes	857.362,62	5,27	975.246,82	5,99	117.884,20	13,75
07- Outras receitas correntes	234.225,20	1,44	410.902,88	2,52	176.677,68	75,43
Soma rec.correntes	8.955.297,14	55,03	9.847.255,73	60,51	891.958,59	9,96
09- Venda de bens de investimento	4.760,00	0,03	106.647,50	0,66	101.887,50	2.140,49
10- Transferências de capital	6.121.688,76	37,62	5.360.095,13	32,94	-761.593,63	-12,44
11- Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12- Passivos financeiros	674.727,73	4,15	960.067,91	5,90	285.340,18	42,29
13- Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Soma rec.capital	6.801.176,49	41,79	6.426.810,54	39,49	-374.365,95	-5,50
Total	15.756.473,63	96,82	16.274.066,27	100,00	517.592,64	3,28

Quadro VII

Mostra-nos o quadro anterior que no ano da gerência a receita arrecada foi superior à do ano anterior em €517.592,64, valor a que corresponde a um aumento de cerca de 3%.

Contudo, as receitas contabilizadas nos capítulos de *Impostos Indirectos* e *Transferências de capital* sofreram, pelos motivos atrás referidos e ainda pela alteração das regras de distribuição dos fundos municipais, por força da nova Lei das Finanças Locais, uma redução face ao ano anterior nos montantes de €38.000,00 e €762.000 respectivamente.

Das que apresentam o maior aumento em termos de valores absolutos, destacam-se as receitas registadas nos seguintes capítulos:

Impostos directos, com mais €204.108,77, valor que resulta, essencialmente, do aumento da receita proveniente do imposto municipal sobre transmissão de imóveis e do anterior Imposto de Sisa.

Contudo, a receita proveniente da Contribuição Autárquica, imposto já abolido, sofreu uma quebra significativa em relação ao ano anterior.

Transferências correntes, com um acréscimo de €451.779,51, resultante fundamentalmente do aumento das transferências relativas aos fundos municipais destinados a despesas correntes, no valor de €274.038,00, tendo como contrapartida a redução das transferências de capital, bem como participações recebidas no âmbito de protocolos celebrados com a Administração Central, designadamente com a DREN.

Venda de bens e serviços correntes, apresenta um aumento de €117.884,20 em relação ao ano anterior, valor que é absorvido na sua quase totalidade pela receita proveniente da venda de água.

Outras receitas correntes, contabiliza cerca de €177.000 a mais face ao ano precedente, valor este que corresponde, quase na sua totalidade, às rendas das centrais eólicas relativas a 2006, pagas apenas no ano da gerência.

Venda de bens de investimento, com um diferencial, para mais, de cerca de €102.000, resultante, na sua quase totalidade, da venda de terrenos.

Passivos financeiros, com um acréscimo de receita de €285.340,18, valor que resulta principalmente da libertação de verbas provenientes de empréstimos contratados no ano da gerência, devidamente autorizados pelo órgão deliberativo.

Todos os demais capítulos registaram variações pouco significativas.

DESPESA

Classificação económica	2006		2007		Variação	
	Valor	%	Valor	%	valor	%
01-Pessoal	3.084.873,68	19,97	3.055.979,78	18,49	-28.893,90	-0,94
02-Aquisição de bens e serviços	3.451.868,74	22,35	4.237.461,80	25,63	785.593,06	22,76
04-Transferências correntes	691.264,40	4,47	1.230.015,35	7,44	538.750,95	77,94
03-Juros e outros encargos	87.515,41	0,57	128.611,62	0,78	41.096,21	46,96
06-Outras despesas correntes	119.671,96	0,77	80.674,16	0,49	-38.997,80	-32,59
Soma despesas correntes	7.435.194,19	48,13	8.732.742,71	52,82	1.297.548,52	17,45
07-Aquisição de bens de capital	7.038.993,77	45,57	6.813.818,71	41,22	-225.175,06	-3,20
08-Transferências de capital	622.241,45	4,03	690.997,36	4,18	68.755,91	11,05
09-Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10-Passivos financeiros	351.212,30	2,27	293.924,47	1,78	-57.287,83	-16,31
11-Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Soma despesas capital	8.012.447,52	51,87	7.798.740,54	47,18	-213.706,98	-2,67
Total	15.447.641,71	100	16.531.483,25	100	1.083.841,54	7,02

Quadro VIII

Como se pode verificar também através do quadro supra, o valor global da despesa, a exemplo do que se passou com o da receita, foi superior à do ano anterior em €1.083.841,54, o que corresponde a um aumento de 7,02%.

As despesas com o *pessoal* apresentam uma redução de aproximadamente 1%.

As despesas contabilizadas pelo capítulo da *aquisição de bens e serviços* sofreram um acréscimo de 22,76% em relação às despesas equivalentes do ano anterior.

O facto resulta, essencialmente, do aumento das despesas efectuadas pelas rubricas a seguir indicadas, no valor aproximado de: combustíveis e lubrificantes, €40.000; refeições escolares, €66.000; aquisição de água para venda, €73.000; encargos de instalações, designadamente com electricidade e gás, €50.000; locação de outros bens, designadamente com instalações escolares, €45.000; transportes escolares, €90.000; estudos, pareceres e consultadoria, €60.000; outros serviços, diversos, €310.000.

As *transferências correntes* apresentam um aumento de €538.750,95 em relação ao ano anterior, acréscimo que corresponde a cerca de 78%. Resulta, na sua quase totalidade, de subsídios atribuídos a instituições sem fins lucrativos, a título de comparticipação em despesas levadas a cabo no âmbito da actividade e acção social escolar.

Os *juros e outros encargos* aumentaram cerca de 47%, embora o aumento, em termos absolutos, corresponda apenas a €41.096,21. O facto é justificado pela utilização no ano da gerência de verbas de empréstimos contratados e pelo aumento da taxa de juro ditado pela taxa de referência (euribor).

As *outras despesas correntes* contabilizam uma redução de €38.997,80, correspondendo a cerca de 33%, justificada pela redução das restituições de impostos municipais cobrados pela administração fiscal.

Por sua vez, no âmbito das despesas de capital, o capítulo da *aquisição de bens de capital* registou uma redução de apenas 3,2% em relação ao ano anterior.

Nas *transferências de capital* verifica-se o inverso, com um aumento de €68.755,91, o que equivale a 11,05%, todo ele absorvido pelas comparticipações em investimentos a levadas a cabo pelas freguesias.

Os *passivos financeiros* apresentam uma redução de 26,31%, facto que resulta da amortização total de empréstimos no ano anterior da gerência.

2.1.5. RELAÇÃO ENTRE AS RECEITAS E AS DESPESAS DA MESMA NATUREZA

Estabelece o ponto 3.1.1. do POCAL que na elaboração e execução do orçamento das autarquias locais devem ser salvaguardados os princípios aí estabelecidos, destacando-se, de entre eles, o *princípio do equilíbrio*.

Segundo este princípio “O orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes”.

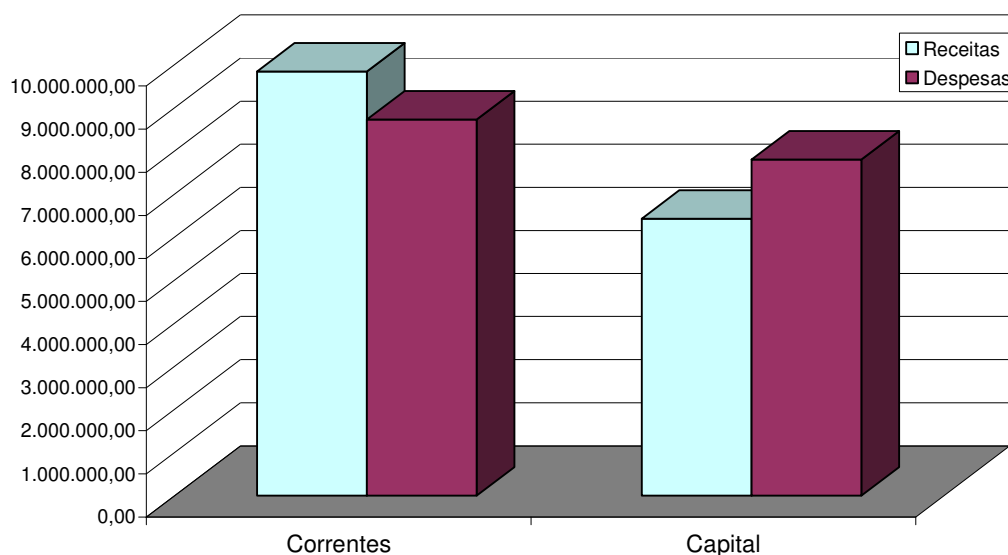
Por outras palavras, impõe este princípio que as receitas correntes têm que ser suficientes para cobrir todas as despesas da mesma natureza, estando a realização destas condicionada ao valor da arrecadação daquelas, ou seja, as despesas correntes, que visam, por regra, dar satisfação à actividade normal dos serviços, não podem ser financiadas pelas receitas de capital.

A relação entre as receitas e as despesas correntes e a relação entre as receitas e despesas de capital é-nos dada pelo quadro IX que se segue:

NATUREZA	RECEITAS	DESPESAS	DIFERENÇA	
			VALOR	%
Correntes	9.847.255,73	8.732.742,71	1.114.513,02	11,32
Capital	6.426.810,54	7.798.740,54	-1.371.930,00	-21,35
Saldo 2006	522.846,39		522.846,39	100,00
Total	16.796.912,66	16.531.483,25	265.429,41	1,58

Quadro IX

O gráfico que se segue dá-nos também a perspectiva global dessa relação.



Mostra-nos o quadro anterior que, no ano da gerência, a receita corrente arrecadada excedeu o da despesa da mesma natureza em €1.114.513,02, o que quer dizer que, para além de se ter respeitado o conteúdo do citado princípio, essencial para uma boa gestão económico-financeira, a autarquia conseguiu poupar uma parte considerável das suas receitas correntes.

Aquele valor equivale a 11,32% do montante global das receitas correntes, valor que foi afecto ao financiamento de despesas de capital, conforme se pode verificar no quadro referido.

2.2 . EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Neste ponto do presente relatório analisar-se-á a execução das Grandes Opções do Plano (GOP) no ano da gerência.

A actividade levada a cabo pela autarquia no âmbito dos diversos projectos e acções de investimento previstos no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) é explicitada pormenorizadamente no mapa de execução que instrui este processo a folhas 92 a 113.

A execução das Grandes Opções do Plano (GOP), que integra, como já se disse, o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as Actividades mais Relevantes (AMR) é evidenciada nos dois quadros que se seguem, onde se expressa o nível de execução global deste instrumento de gestão, por objectivos, sob o aspecto financeiro e material.

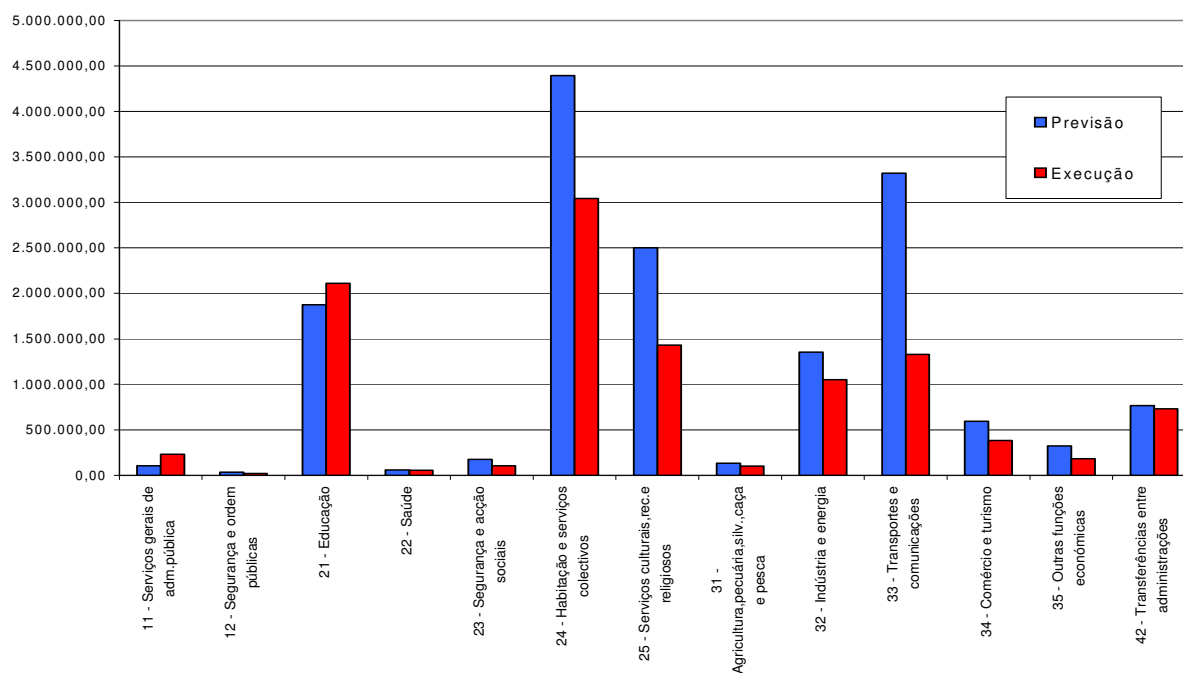
Financeiro – que reproduz a sua execução em relação aos projectos ou acções cujos encargos foram assumidos, liquidados e efectivamente pagos no ano da gerência, ficando de fora, portando, a parte dos projectos ou acções já executada materialmente mas que não produziu efeitos financeiros até ao termo da gerência.

Material – que representa a fatia comprometida deste instrumento de gestão em termos de execução material, ou de compromissos assumidos no período da gerência, com vista a concretização de tais objectivos, independentemente da satisfação dos encargos correspondentes nesse mesmo período.

Execução financeira das Grandes Opções do Plano

OBJECTIVO	DOT.FINAL	PREV.INICIAL	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	TX EXEC.
11 - Serviços gerais de adm.pública	319.800,00	104.000,00	229.601,98	125.601,98	220,77
12 - Segurança e ordem públicas	32.000,00	32.000,00	20.500,00	-11.500,00	64,06
21 - Educação	2.290.100,00	1.872.000,00	2.109.538,81	237.538,81	112,69
22 - Saúde	58.500,00	58.500,00	55.943,09	-2.556,91	95,63
23 - Segurança e acção sociais	152.700,00	173.300,00	105.374,98	-67.925,02	60,80
24 - Habitação e serviços colectivos	5.060.180,39	4.391.600,00	3.040.251,70	-1.351.348,30	69,23
25 - Serviços culturais,rec.e religiosos	2.681.361,00	2.498.100,00	1.429.944,33	-1.068.155,67	57,24
31 - Agricultura,pecuária,silv.,caça e pesca	167.700,00	132.000,00	101.505,78	-30.494,22	76,90
32 - Indústria e energia	1.437.400,00	1.355.500,00	1.048.752,61	-306.747,39	77,37
33 - Transportes e comunicações	5.364.600,00	3.319.700,00	1.330.420,14	-1.989.279,86	40,08
34 - Comércio e turismo	663.592,00	594.600,00	382.249,18	-212.350,82	64,29
35 - Outras funções económicas	294.800,00	324.000,00	180.800,87	-143.199,13	55,80
42 - Transferências entre administrações	961.300,00	765.700,00	731.571,24	-34.128,76	95,54
TOTAL	19.484.033,39	15.621.000,00	10.766.454,71	-4.854.545,29	68,92

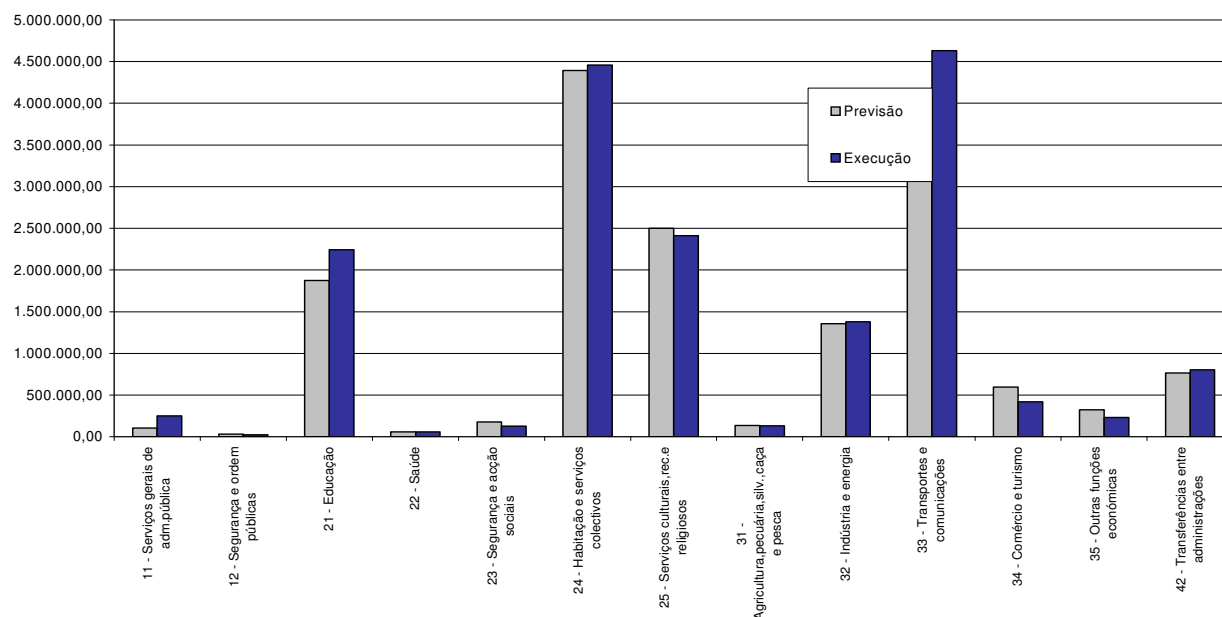
Quadro X



Execução material das Grandes Opções do Plano

OBJECTIVO	DOT.FINAL	PREV.INICIAL	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	TX EXEC.
11 - Serviços gerais de adm.pública	319.800,00	104.000,00	249.145,11	145.145,11	239,56
12 - Segurança e ordem públicas	32.000,00	32.000,00	20.500,00	-11.500,00	64,06
21 - Educação	2.290.100,00	1.872.000,00	2.244.341,11	372.341,11	119,89
22 - Saúde	58.500,00	58.500,00	55.943,09	-2.556,91	95,63
23 - Segurança e acção sociais	152.700,00	173.300,00	124.167,91	-49.132,09	71,65
24 - Habitação e serviços colectivos	5.060.180,39	4.391.600,00	4.458.564,46	66.964,46	101,52
25 - Serviços culturais, rec.e religiosos	2.681.361,00	2.498.100,00	2.411.737,16	-86.362,84	96,54
31 - Agricultura,pecuária,silv.,caça e pesca	167.700,00	132.000,00	129.068,29	-2.931,71	97,78
32 - Indústria e energia	1.437.400,00	1.355.500,00	1.377.618,39	22.118,39	101,63
33 - Transportes e comunicações	5.364.600,00	3.319.700,00	4.630.151,38	1.310.451,38	139,47
34 - Comércio e turismo	663.592,00	594.600,00	417.835,98	-176.764,02	70,27
35 - Outras funções económicas	294.800,00	324.000,00	228.705,64	-95.294,36	70,59
42 - Transferências entre administrações	961.300,00	765.700,00	802.328,23	36.628,23	104,78
TOTAL	19.484.033,39	15.621.000,00	17.150.106,75	1.529.106,75	109,79

Quadro XI



Verifica-se através dos quadros e gráficos que antecedem que no ano da gerência a autarquia, no âmbito da realização das Grandes Opções do Plano, atingiu uma taxa de execução financeira de 68,92% e uma taxa de execução material de 109,79%, superando esta última o nível de execução inicialmente previsto.

Através da conjugação do quadro II com o quadro X deste relatório, verifica-se também que a execução financeira das Grandes Opções do Plano absorveu 65,13% do valor global da despesa, facto que evidencia a prioridade de afectação de recursos dada pelo executivo aos investimentos municipais e às actividades mais relevantes, no seio de toda a actividade municipal.

3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A avaliação da situação económica e financeira do município foi feita através da análise geral do balanço, da demonstração de resultados e dos respectivos anexos, bem como através dos indicadores de gestão calculados a partir de relações estabelecidas entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras.

Como já foi referido nas notas ao Balanço e Demonstração de Resultados, toda a análise económico – financeira do município está condicionada pelos seguintes factos:

1. O de não ter sido possível transferir os valores da maior parte dos bens do domínio público, contabilizados na conta das *imobilizações em curso*, para as respectivas contas de *imobilizações corpóreas*, e consequente inventariação, pelo facto dos respectivos processos de obra não terem sido ainda encerrados, bem como a inventariação de alguns bens imóveis de domínio privado.
2. E o de os trabalhos para a própria entidade não estarem ainda a ser contabilizados, devido à falta de elementos que permitam apurar com rigor o seu montante.

3.1. SITUAÇÃO ECONÓMICA

Custos e perdas

Custos e Perdas	Ano de 2007		% s/ Proveitos Operacionais	Ano de 2006		% s/ Proveitos Operacionais	Ano de 2005		% s/ Proveitos Operacionais
	Valor	% s/ Total		Valor	% s/ Total		Valor	% s/ Total	
61 CMVMC	605.512,28	5,90	4,78	589.327,93	6,73	5,20	466.844,11	5,65	4,12
62 Fornecimentos e Serviços Externos	3.898.375,03	38,01	30,79	3.230.311,88	36,87	28,48	2.813.625,17	34,08	24,81
63 Tranf.Subs Correntes Conc.Prest.Sociais	1.239.661,86	12,09	9,79	666.078,64	7,60	5,87	606.850,41	7,35	5,35
64 Custos com Pessoal	3.105.713,76	30,28	24,53	3.097.393,11	35,35	27,31	3.112.652,75	37,70	27,44
65 Outros Custos e Perdas Operacionais	18.582,14	0,18	0,15	9.641,28	0,11	0,09	12.077,33	0,15	0,11
66 Amortizações do Exercício	455.004,50	4,44	3,59	369.670,12	4,22	3,26	321.126,43	3,89	2,83
67 Provisões do Exercício	2.253,64	0,02	0,02	1.964,25	0,02	0,02	565,92	0,01	0,00
68 Custos e Perdas Financeiras	127.914,45	1,25	1,01	90.991,16	1,04	0,80	58.540,30	0,71	0,52
69 Custos e Perdas Extraordinárias	804.231,33	7,84	6,35	706.641,88	8,06	6,23	863.320,85	10,46	7,61
Custos Operacionais (61 a 67)	9.325.103,21	90,91	82,21	7.964.387,21	90,90	70,22	7.333.742,12	88,83	64,66
Total	10.257.248,99	100,00	81,03	8.762.020,25	100,00	77,25	8.255.603,27	100,00	72,79

Quadro XII

Os custos e perdas do exercício totalizaram €10.257.248,99, registando-se um aumento de aproximadamente 17% face ao ano de 2006 e de cerca de 24% face a 2005. Analisando as diversas rubricas conclui-se que houve um aumento unânime face a 2006, destacando-se os fornecimentos e serviços externos e as transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais, como sendo as rubricas que mais contribuíram para o aumento global dos custos e perdas do exercício em análise.

O acréscimo registado na rubrica dos fornecimentos e serviços externos, face ao exercício económico anterior, deveu-se a um aumento generalizado dos serviços e

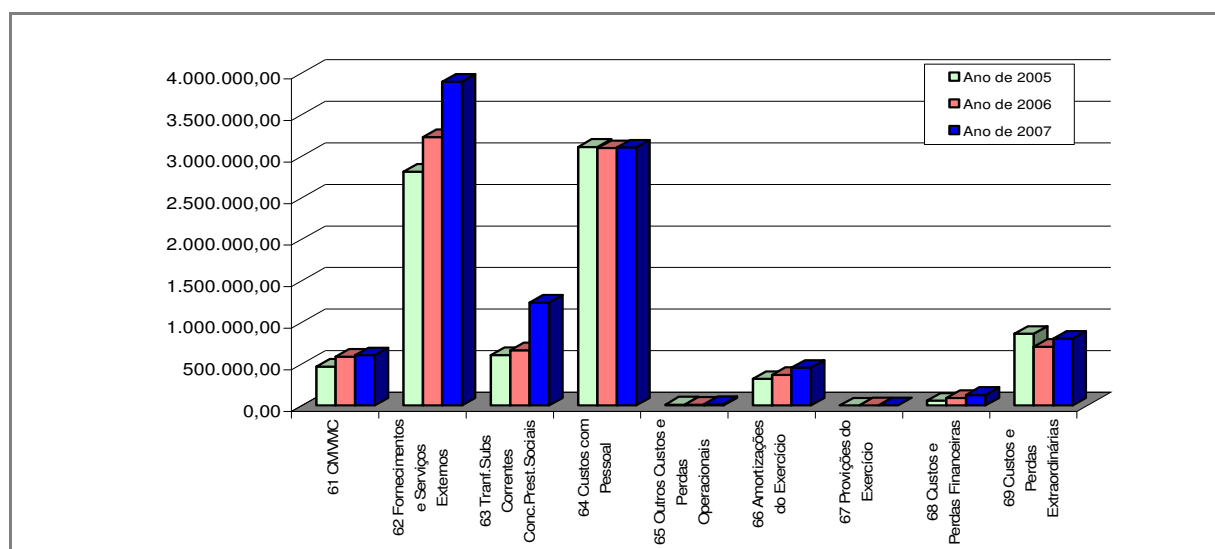
fornecimentos requisitados pela autarquia, destacando – se, dentro desta, apenas uma diminuição na rubrica das conservações e reparações.

Relativamente ao aumento registado nas transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais ressaltam as transferências para instituições sem fins lucrativos.

Tal como se verificou já nos exercícios económicos anteriores, as rubricas dos custos com pessoal, dos fornecimentos e serviços externos, dos custos e perdas extraordinários e ainda das transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais, foram as que mais contribuíram para o total dos custos e perdas do exercício, salientando-se que, para o total dos custos e perdas extraordinários as transferências de capital concedidas foram as que mais contribuíram.

Os custos operacionais do exercício de 2007 correspondem a 82.21% dos proveitos operacionais, tendo-se verificado um aumento de aproximadamente 12% face a 2006 e de 17% face a 2005.

O gráfico que segue dá-nos uma perspectiva global do peso de cada uma das rubricas em relação ao total dos custos.



Proveitos e Ganhos

Proveitos e Ganhos	Ano de 2007		Ano de 2006		Ano de 2005	
	Valor	% S/ Total	Valor	% S/ Total	Valor	% S/ Total
71 Vendas e Prestação de Serviços	996.051,88	7,622	825.518,06	6,649	762.457,34	6,602
72 Impostos e Taxas	1.708.040,66	13,070	1.427.954,40	11,501	1.410.298,70	12,212
73 Proveitos Suplementares	876.859,27	6,710	777.452,79	6,262	608.003,98	5,265
74 Transferências e Subsídios Otidos	9.078.381,96	69,466	9.054.300,06	72,924	8.561.242,11	74,132
75 Trabalho para a própria entidade	0,00	0,000	1.841,34	0,015	346,25	0,003
78 Proveitos e Ganhos Financeiros	86.741,11	0,664	50.645,30	0,408	36.849,94	0,319
79 Proveitos e Ganhos Extraordinários	322.687,79	2,469	278.289,52	2,241	169.452,85	1,467
Proveitos Operacionais(71 a 75)	12.659.333,77	96,867	12.087.066,65	97,351	11.342.348,38	98,214
Total	13.068.762,67	100,000	12.416.001,47	100,000	11.548.651,17	100,00

Quadro XIII

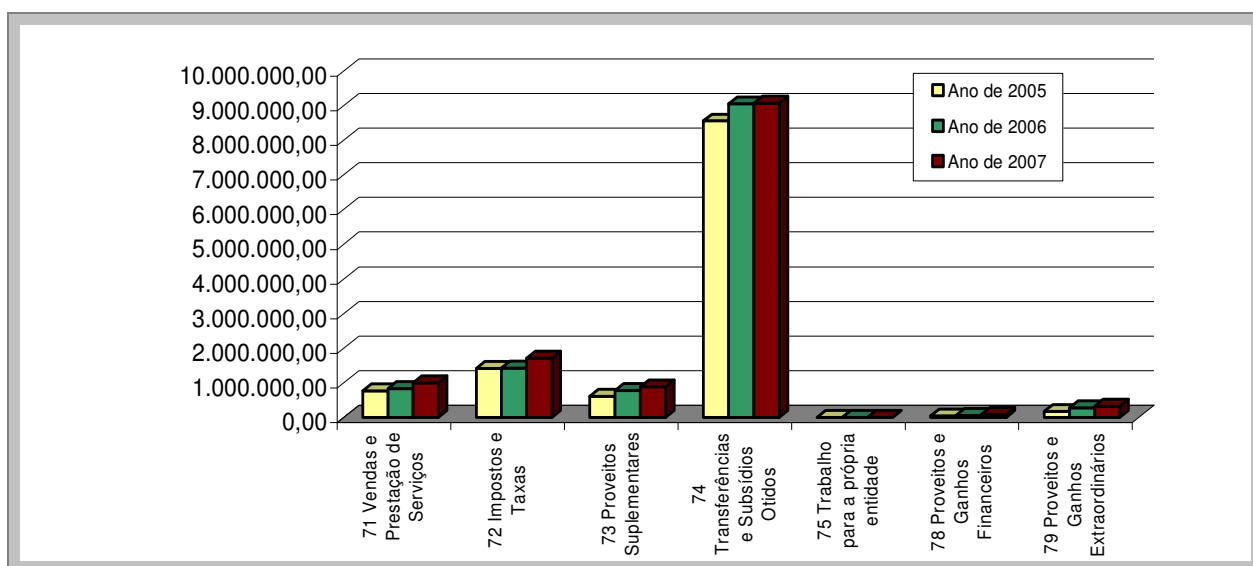
Os proveitos e ganhos do exercício totalizaram €13.068.762,67, verificando-se um aumento de cerca de 5,5% face a 2006 e de cerca de 13% face a 2005. Analisando as diversas rubricas conclui-se que todas registaram um acréscimo face a 2006, à excepção dos trabalhos para a própria entidade, tendo sido as rubricas das vendas e prestação de serviços e dos impostos e taxas, aquelas que mais contribuíram para o aumento global dos proveitos e ganhos do exercício em relação aos dois anos anteriores.

Relativamente ao acréscimo registado na venda de bens e prestação de serviços, este é mais evidente na venda de bens, destacando-se a venda de lotes e a venda de água.

O aumento registado nos impostos e taxas deveu-se principalmente ao acréscimo registado nos impostos directos, nomeadamente no imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis e no imposto municipal sobre imóveis. Quanto aos impostos indirectos e taxas regista-se mesmo um decréscimo face a 2006.

À semelhança dos exercícios anteriores, as rubricas que mais contribuíram para o total dos proveitos e ganhos do exercício de 2007 foram: as transferências e subsídios obtidos, com 69,47%, e as receitas provenientes de impostos e taxas, com 13,07%.

O gráfico que segue mostra-nos, em relação ao ano em análise e aos anos imediatamente anteriores, o peso de cada uma das rubricas em relação ao total dos proveitos.



Resultados

Resultados	Exercício 2007	% s/ proveitos	Exercício 2006	%s/ Proveitos	Exercício 2005	%s/ Proveitos
Resultados Operacionais	3.334.230,56	25,51%	4.122.679,44	34,11%	4.008.606,26	31,67%
Resultados Financeiros	-41.173,34	-0,32%	-40.345,86	-0,33%	-21.690,36	-0,17%
Resultados Correntes	3.293.057,22	25,20%	4.082.333,58	33,77%	3.986.915,90	31,49%
Resultados Extraordinários	-481.543,54	-3,68%	-428.352,36	-3,54%	-693.868,00	-5,48%
Resultados Líquidos do Exercício	2.811.513,68	21,51%	3.653.981,22	30,23%	3.293.047,90	26,01%

Quadro XIV

O Município de Arouca apurou, no ano da gerência, um resultado líquido do exercício no valor de €2.811.513,68, o qual corresponde a 21,51% do total dos proveitos operacionais.

Apesar do acréscimo registado nos proveitos e ganhos operacionais, os resultados operacionais registaram uma diminuição face a 2006, devido principalmente ao aumento dos fornecimentos e serviços externos e das transferências e subsídios correntes e prestações sociais.

Este abatimento em termos de resultados operacionais influenciou negativamente, os resultados líquidos do exercício.

3.2 Situação Financeira e Patrimonial

Balanco Sintético	2007		2006		2005	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Activo Líquido						
Imobilizado	37.855.688,10	95,89%	31.922.309,29	94,60%	26.067.524,75	94,79%
Bens do Domínio Público	28.810,70	0,07%	29.186,08	0,09%	29.561,46	0,11%
Imobilizado Incorpóreas	80.927,87	0,20%	44.043,88	0,13%	52.178,20	0,19%
Imobilizado Corpóreas	37.641.163,53	95,35%	31.744.293,33	94,07%	25.880.999,09	94,11%
Investimentos Financeiros	104.786,00	0,27%	104.786,00	0,31%	104.786,00	0,38%
Circulante	1.327.011,51	3,36%	1.490.720,73	4,42%	1.103.286,97	4,01%
Existências	143.880,22	0,36%	117.769,97	0,35%	174.806,15	0,64%
Dívidas de terceiros- Curto prazo	169.714,08	0,43%	88.459,55	0,26%	76.887,85	0,28%
Depósitos em instituições de crédito e Caixa	1.013.417,21	2,57%	1.284.491,21	3,81%	851.592,97	3,10%
Acréscimos e deferimentos	295.912,92	0,75%	331.274,94	0,98%	329.911,06	1,20%
Total Activo Líquido	39.478.612,53	100,00%	33.744.304,96	100,00%	27.500.722,78	100,00%
Fundos Próprio e Passivo						
Fundos próprio	22.329.752,02	56,56%	19.518.238,34	57,84%	15.458.569,34	56,21%
Passivo	17.148.860,51	43,44%	14.226.066,62	42,16%	12.042.153,44	43,79%
Dívidas a terceiros- Médio e longo prazo	3.266.885,97	8,28%	2.774.835,84	8,22%	2.383.134,74	8,67%
Dívidas a terceiros- Curto prazo	1.941.293,38	4,92%	1.747.858,61	5,18%	2.535.023,29	9,22%
Acréscimos e deferimentos	11.940.681,16	30,25%	9.703.372,17	28,76%	7.123.995,41	25,90%
Total Próprio e Passivo	39.478.612,53	100,00%	33.744.304,96	100,00%	27.500.722,78	100,00%

Quadro XV

No balanço final de 2007 o activo líquido totaliza €39.478.612,53, correspondendo o *Imobilizado líquido* à parcela com maior peso, aproximadamente 96% do activo total. No activo circulante destacam-se os *depósitos em instituições de crédito e caixa* com uma percentagem de 2,57%.

O aumento verificado no *imobilizado líquido*, de aproximadamente 18,5% e 45%, face a 2006 e a 2005 respectivamente, revela claramente o empenho da autarquia em investir nesta classe, nomeadamente em terrenos e recursos naturais, edifícios e outras construções, equipamento administrativo e nos diversos projectos ainda contabilizados na conta de imobilizado em curso.

Relativamente ao passivo, as dívidas de médio e longo prazo apresentam uma subida em relação aos dois anos precedentes. A sua evolução é devidamente explicada no ponto 4 deste relatório.

As dívidas a terceiros de curto prazo registaram um aumento em 2007 face a 2006, devido principalmente, a um aumento registado nas dívidas a fornecedores – facturas em recepção e conferência e nos empréstimos bancários de curto prazo.

Relativamente aos acréscimos e diferimentos referidos no passivo, há que destacar os custos com remunerações contabilizados no ano em análise, cujo pagamento será efectuado no exercício de 2008, bem como os subsídios recebidos por conta de investimentos.

O aumento verificado nos fundos próprios deve-se à transferência do resultado líquido do exercício de 2006 para as contas 571 – *Reservas Legais* e 51 – *Património*, tal como o referido no ponto 2.7.3 do POCAL, bem como ao registo do resultado líquido do exercício de 2007 na conta 88 – *Resultado Líquido do Exercício*.

Apresentação dos Indicadores de Gestão

<i>Rácios</i>	<i>Equação</i>	2007	2006	2005
Liquidez Geral	<i>Circulante</i>	0,68	0,85	0,44
	<i>Dividas C/Prazo</i>			
Liquidez Reduzida	<i>(Circ.-Existenc.)</i>	0,61	0,79	0,37
	<i>Dividas C/Prazo</i>			
Líquidez Imediata	<i>Disponibilidades</i>	0,52	0,73	0,34
	<i>Dividas C/Prazo</i>			
Solvabilidade	<i>Fundos Proprios</i>	4,29	4,32	3,14
	<i>Cap. Alheio</i>			
Rácio de Endividamento (%)	<i>Passivo</i>	43,44%	42,16%	43,79%
	<i>Activo</i>			
Capacidade de Endividamento (%)	<i>Fundos Proprios</i>	87,24%	87,55%	86,64%
	<i>Cap. Permanent.</i>			
Autonomia Financeira (%)	<i>Fundos Proprios</i>	56,56%	57,84%	56,21%
	<i>Activo</i>			
Rentabilidade dos Fundos Próprios (%)	<i>R.L.</i>	12,59%	18,72%	21,30%
	<i>Fundos Proprios</i>			
Fundo de Maneio Líquido	<i>Cap.Circulante- Exig. Curto Prazo</i>	-614.281,77	-257.137,88	-1.431.736,32

Quadro XVI

Analisando os indicadores de liquidez verifica-se uma diminuição no ano económico em estudo, depois de se ter registado um aumento no exercício de 2006 face a exercício anterior, o que revela alguma perda em termos de liquidez e uma menor capacidade – ainda assim bem maior que a de 2005 - da autarquia solver os compromissos de curto prazo. Tal situação deve-se, por um lado, ao facto de o capital circulante ter registado uma diminuição face ao ano anterior, nomeadamente nas rubricas de depósitos em instituições de crédito e caixa e, por outro, ao aumento das dívidas de curto prazo, principalmente em resultado das amortizações de empréstimos contratados devidas no ano seguinte ao da gerência.

Quanto ao rácio de solvabilidade verifica-se que este indicador, registando, embora, uma ligeira descida face a 2006, não só se mantém substancialmente acima do de 2005, como também não afecta a capacidade da autarquia para solver os

compromissos de médio e longo prazo, isto porque, tal como nos anos anteriores, os capitais próprios cobrem totalmente o capital alheio.

Este ligeiro decréscimo no indicador de solvabilidade justifica-se por um lado, pelo aumento registado no capital alheio, nomeadamente das dívidas a instituições de crédito e, por outro, pelo decréscimo verificado nos resultados líquidos do exercício de 2007.

A capacidade de endividamento da autarquia, vista no âmbito da situação económico – financeira, regista igualmente um ligeiro decréscimo, no entanto, o rácio da capacidade de endividamento da autarquia continua a ser bastante favorável, na medida em que aproximadamente 87% dos capitais permanentes são financiados por fundos próprios.

Quanto à rentabilidade dos fundos próprios, é visível um decréscimo face a 2006, o que demonstra que o peso dos resultados líquidos do exercício está a diminuir face ao total dos fundos próprios, devido, por um lado, ao acréscimo nas rubricas do património, reservas e resultados transitados e, por outro, à diminuição registada no resultado líquido do exercício.

Atentos todos os elementos acima, e não obstante o activo não traduzir ainda, como já se disse, a totalidade do imobilizado que constitui o património da autarquia, poder-se-á concluir, mesmo assim, que a situação económica e financeira da autarquia é sólida e confortável.

3.3 Proposta de aplicação de resultados

O resultado líquido do exercício apurado no ano de 2007 foi de €2.811.513,68.

Assim, no cumprimento do disposto no ponto 2.7.3 do POCAL, propõe-se que do seu montante seja afecto, através da conta *59-Resultados transitado*, às seguintes contas:

a) Reservas legais..... €140.575, 68

b) Reforço do património 0,00 ⁽¹⁾

(1) Atingiu o valor obrigatório previsto no ponto 2.7.3.4 do POCAL.

4. EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE E A TERCEIROS

4.1 . DE TERCEIROS

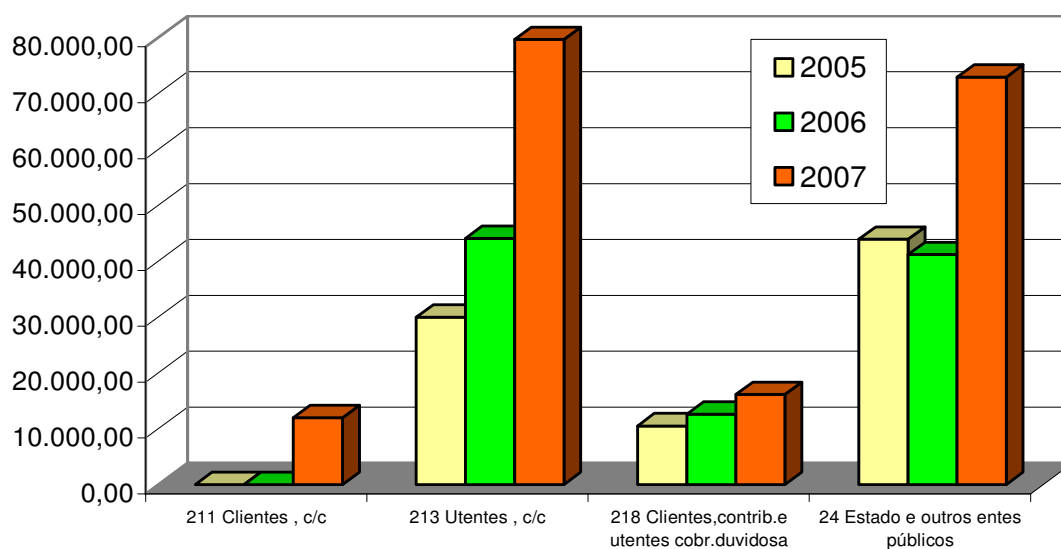
As dívidas de terceiros, em 31 de Dezembro de 2007, ascendiam a €180.742,78, valor que consubstancia um aumento em relação ao ano anterior, conforme se pode constatar no quadro que abaixo se apresenta.

A diferença verifica-se essencialmente na conta *213 – Utentes c/c*, em resultado da contabilização de mais um mês da facturação de água, e na conta *24 – Estado e outros entes públicos* que resulta do valor do Imposto Sobre o Valor Acrescentado a recuperar pelo Município, proveniente de transacções efectuadas com direito ao respectivo reembolso.

Designação	2005	2006	2007
1 Médio e Longo Prazos			
2 Curto prazo			
211 Clientes , c/c	0,00	0,00	12.000,00
213 Utentes , c/c	29.944,57	44.056,14	79.667,63
218 Clientes,contrib.e utentes cobr.duvidosa	10.508,02	12.628,65	16.146,94
24 Estado e outros entes públicos	43.952,61	41.160,74	72.928,21
Total	84.405,20	97.845,53	180.742,78

Quadro XVII

O gráfico que se segue dá-nos a perspectiva global da evolução temporal das dívidas de terceiros ao Município.



4.2 . A TERCEIROS

O quadro seguinte mostra-nos que o montante contabilizado como dívida do Município em 31 de Dezembro findo era de €5.201.546,39, valor que apresenta um acréscimo de cerca de €687.828,00, o correspondente a 15,24%, em relação ao ano anterior.

Designação	2005	2006	2007
1 Médio e Longo Prazos			
1.1 Instituições de crédito (empréstimos)	2.383.134,74	2.774.835,84	3.266.809,37
2 Curto prazo			
2.1 Instituições de crédito (empréstimos) *	365.785,67	297.600,00	471.769,91
2.2 Fornecedores c/c	127.869,55	1.435,00	11.931,06
2.3 Fornecedores-facturas em recep/conferência	291.365,20	172.623,75	307.161,88
2.4 Fornecedores de imobilizado c/c	736.749,93	344.087,52	340.303,54
2.5 Fornecedores de imobilizado facturas rec/cor	269.880,91	156.897,31	30.431,74
2.6 Fornecedores de imobilizado - cont.leasing	54.141,78	0,00	0,00
2.7 Fornecedores de imobilizado - outros contrat	22.507,68	8.711,94	12.920,73
Sub-total	4.251.435,46	3.756.191,36	4.441.328,23
2.8 Estado e outros entes públicos	39.430,06	35.420,41	45.219,98
2.9 Outros credores **	627.292,51	722.106,55	714.998,18
Total	4.918.158,03	4.513.718,32	5.201.546,39

* 2.1 Regista o valor do capital correspondente às amortizações de empréstimos contratados a médio e longo prazos devido no exercício seguinte ao da gerência.

** 2.9 Inclui as garantias prestadas em dinheiro relativas ao reforço de caução de empreitadas

Quadro XVIII

O montante das dividas de *empréstimos a médio e longo prazo*, sofreu um aumento de €492.000,00 em relação ao ano anterior, facto que resultou essencialmente da utilização de verbas de empréstimos contratados para co-financiamento dos seguintes projectos: EM Portela/Cabreiros, museu municipal, zona desportiva, 3ª fase, abastecimento de água zona ocidental e zona oriental, drenagem e tratamento de águas residuais – sistema do Merujal, abastecimento de água e saneamento a Canelas/Adução Mansores, ETARs de Alvarenga e Canelas, reabilitação do espaço feira e construção da piscina de Escariz, todos eles abrangidos pela bonificação de juros concedida pela medida 1.7/ON.

A conta dos *empréstimos a curto prazo*, identificada em 2.1 Instituições de crédito (empréstimos), regista o valor do capital correspondente às amortizações de

empréstimos a médio e longo prazos a vencer durante o ano seguinte ao da gerência. Apresenta um aumento de cerca de €174.000,00.

No que respeita à conta *Fornecedores c/c* operou-se um aumento de apenas €10.496,06.

A conta *Fornecedores – facturas em recepção/conferência* regista os documentos de despesa datados do ano da gerência, não lançados na conta *Fornecedores c/c*, nem contabilizados em termos orçamentais, pelo facto de se encontrarem ainda em conferência ou por terem sido recebidos posteriormente ao termo do ano económico. Apresenta um aumento de €134.538,13.

A conta *Fornecedores de imobilizado c/c*, onde se registam principalmente as facturas referentes a empreitadas, apresenta uma diminuição de cerca de €3.800,00.

A conta *Fornecedores de imobilizado - facturas em recepção/conferência*, regista os documentos de despesa em situação idêntica à referida na conta *Fornecedores – facturas em recepção/conferência*, relativamente a empreitadas e outro imobilizado, expressa também uma diminuição em relação ao ano anterior, esta significativa, no valor de €126.465,57.

Quanto à conta *Fornecedores de imobilizado - contratos leasing*, não transita com qualquer saldo devedor, já que foi amortizada a totalidade da dívida no ano anterior e, no ano da gerência, não foi celebrado qualquer contrato leasing.

A conta *Fornecedores de imobilizado – outros contratos*, contabiliza um aumento de cerca de €4.200,00 em relação ao ano anterior, embora inferior ao ano que precede este, valor que corresponde ao preço dos parâmetros instalados na área central da vila, ainda não amortizado no final gerência, calculado em função da receita média arrecadada e o período de vigência do contrato ainda em falta.

No que concerne à conta *Estado e outros entes públicos*, regista os valores recebidos pela Câmara Municipal provenientes de impostos, taxas e outros rendimentos consignados a diversas entidades públicas, contabilizados por operações de tesouraria e que, por isso, não influem nas disponibilidades orçamentais nem na dívida da autarquia.

A conta *Outros credores*, referida no ponto 2.9 do quadro acima contabiliza, fundamentalmente, os valores das cauções prestadas em dinheiro, como garantia, a favor do Município, no âmbito de contratos de fornecimentos e de empreitadas de obras públicas, bem como outros valores consignados a diversas entidades privadas, todos eles movimentados por operações de tesouraria, pelo que também não afectam os recursos orçamentais nem a dívida efectiva do Município.

Do exposto resulta que a dívida a terceiros considerada em termos de contabilidade patrimonial orça em €5.201.546,39, apresentando um aumento de cerca de €687.828,07 em relação a 2006 e de €283.338,36 em relação a 2005.

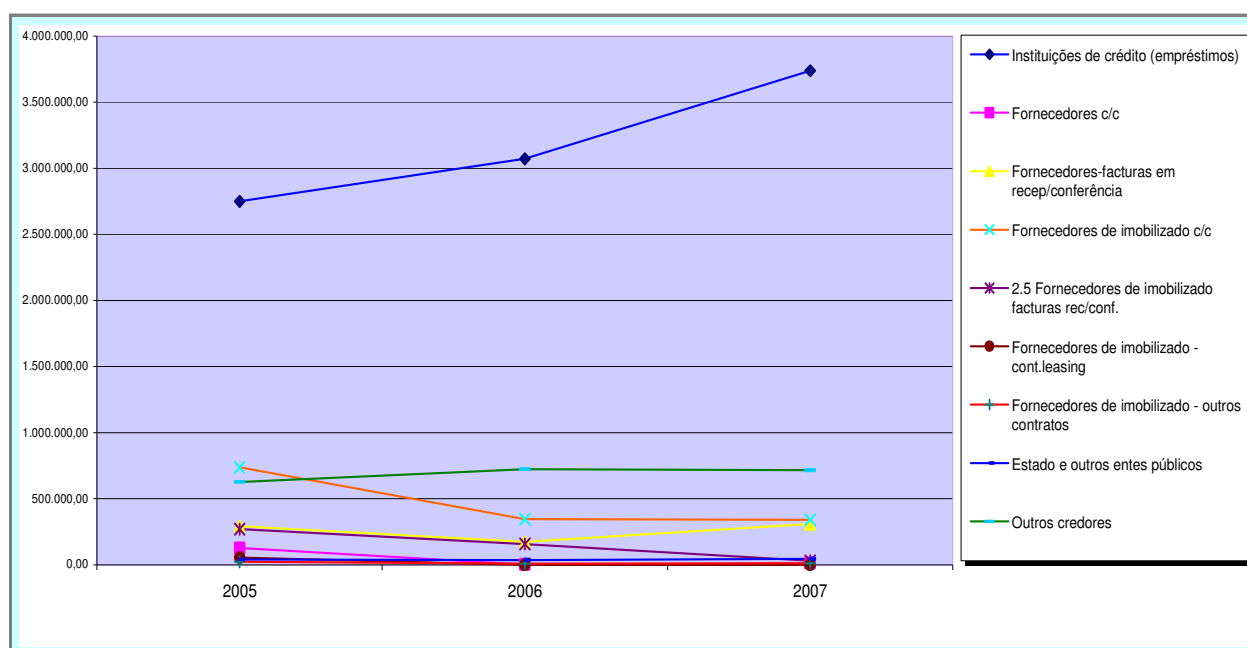
Já a dívida efectiva da autarquia, proveniente de despesas orçamentais, excluindo, portando, o valor dos rendimentos registados em contas consignadas, referidas nos pontos 2.8 e 2.9 do quadro acima, é de apenas €4.441.328,23, correspondendo a um aumento de €685.136,87, face a 2006, e de €189.892,77, em relação a 2005.

Contudo, como se pode verificar do quadro acima, tal diferença advém do acréscimo da dívida proveniente da utilização de empréstimos contratados, com juros bonificados, no ano da gerência.

Na verdade, as dívidas a fornecedores, consignadas nos pontos 2.2 a 2.7 daquele quadro, no valor de €702.748,95, apresentam um aumento de apenas de €18.993,43, ou seja 2,78%, em relação ao ano anterior, e uma redução de cerca de €800.000, correspondente a 53,23%, face ao ano de 2005.

De qualquer modo, as dívidas a fornecedores referidas no último parágrafo, com a excepção das previstas no ponto 2.7, que se referem aos parcometros, e cujo pagamento está a ser efectuado de acordo com o contrato previamente estabelecido, estão actualmente pagas.

O que acabamos de referir pode ser constatado no gráfico que se segue, onde é explicitada a evolução da dívida a terceiros durante os últimos três anos.



Com a entrada em vigor da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (nova Lei das Finanças Locais), o valor do endividamento líquido total, em 31 de Dezembro de cada ano, não pode exceder 125% do montante da receita proveniente dos impostos municipais, das participações do Município no F.E.F., da participação no I.R.S., da derrama e da

participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativos ao ano anterior.

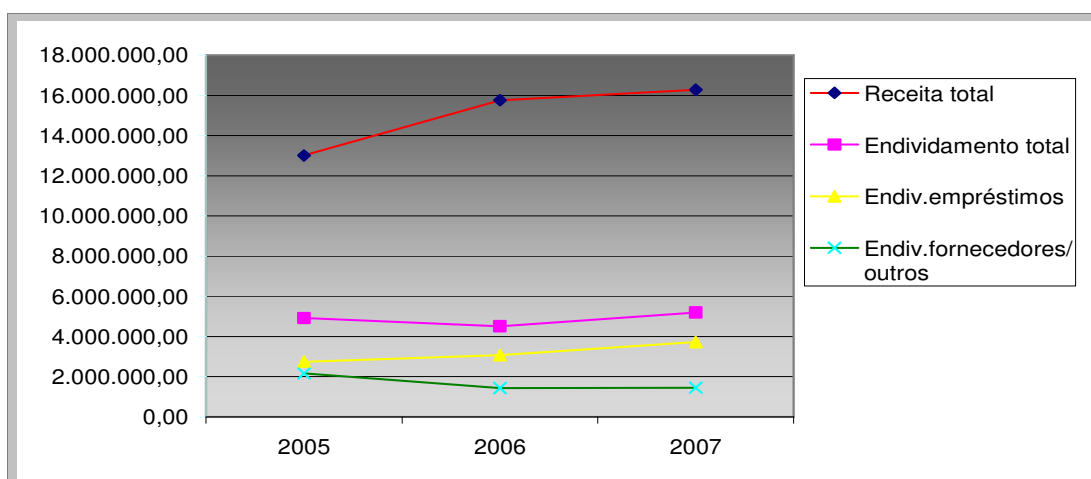
O montante das dívidas a considerar para aquele efeito é o resulta da diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, a empreiteiros e a outros credores, e a soma dos activos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros.

O limite de endividamento líquido deste Município, calculado de acordo com a nova Lei, orça em €11.963.266,56.

Deste valor o Município tem apenas comprometida a importância de €4.413.987,10.

Face ao exposto, pode concluir-se que o Município de Arouca dispõe de uma larga capacidade de endividamento, no montante de 7.549.279,46 o que equivalente a mais de 63% da sua capacidade total.

O gráfico que se segue evidencia a evolução do endividamento em relação ao total da receita arrecadada pelo Município nos últimos três anos.



5. CONCLUSÃO

Da análise deste relatório extrai-se a seguinte conclusão:

1. Que a execução orçamental no ano da gerência atingiu, a nível da receita, a percentagem de 73,87% e, a nível da despesa, a percentagem de 75,04%;
2. Que as transferências do OE provenientes do Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal, Participação Fixa no IRS, Fundo Geral Municipal, Fundo de Coesão Municipal e Fundo de Base Municipal foram, como sempre, as receitas que mais contribuíram para a execução orçamental;
3. Que as receitas e despesas evoluíram, em relação ao ano anterior, 3,28% e 7,02%, respectivamente;
3. Que, para além de se ter cumprido o princípio do *equilíbrio*, no ano da gerência foi possível economizar-se uma percentagem significativa das receitas correntes, cerca de 11% do seu valor global, e afectar o respectivo valor, à cobertura de despesas de capital;
4. Que a execução global das Grandes Opções do Plano no ano da gerência, atingiu a taxa de 68,92%, em termos financeiros, e a taxa de 109,79%, ao nível da execução material, valor que, neste último caso, excedeu as expectativas.
5. Que os indicadores de gestão reflectem uma situação económica e financeira da autarquia muito favorável, apesar do activo não traduzir ainda a totalidade do imobilizado que constitui o seu património;
6. Que a dívida a terceiros aumentou ligeiramente por força da utilização de capital de empréstimos, e que a dívida relativa a fornecedores e a empreiteiros aumentou apenas 2,78%, encontrando-se hoje o saldo transitado totalmente amortizado.



7. Que apesar de todos os constrangimentos, verifica-se que o Município de Arouca goza de uma larga capacidade de endividamento, dispondo ainda liberta mais de 63% da sua capacidade liquida total.

Arouca, 10 de Abril de 2008.

O Presidente da Câmara,

(Eng.º. José Artur Tavares Neves)